

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio - Selip
Diretoria de Licitações, Processamento de Contratos e Aditivos - Dilic

TC: 020.594/2025-9

EDITAL**PREGÃO ELETRÔNICO nº 9/2025****Data de Abertura: 19/02/2026 às 10:00 no sítio**
www.gov.br/compras**Objeto**

Contratação de serviços contínuos de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos gerados no TCU e no ISC, incluindo coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada, bem como a elaboração/atualização e cadastro do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) na respectiva plataforma digital oficial do Governo do Distrito Federal (PGRS Digital), para o Tribunal de Contas da União (TCU)..

Valor estimado

R\$ 114.926,80 (cento e quatorze mil novecentos e vinte e seis reais e oitenta centavos)

Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
NÃO	FACULTATIVA	TERMO DE CONTRATO	GLOBAL

* Telefones para agendamento da vistoria: (61)3527-5180

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (VEJA SEÇÃO XII) ***Requisitos Básicos:**

- Certidão CNDT
- PL não inferior a 10% do valor da proposta / estimado da contratação
- Certidão CNJ
- Sicafe ou documentos equivalentes
- Certidão do Portal da Transparência
- Índices de Liquidez superiores a 1

Requisitos Específicos:

- Qualificação Técnico-Operacional

*O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.

Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?	Exige Amostra/Dem.?	Dec. nº 7.174/2010?
NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

Prazo para envio da proposta/documentação

Até 3 hora (s) após a convocação realizada pelo (a) pregoeiro (a).

Pedidos de EsclarecimentosAté 19h do dia 16/02/2026 para os endereços
cpl@tcu.gov.br e RENATOTL@tcu.gov.br**Impugnações**Até 19h do dia 16/02/2026 para os endereços
cpl@tcu.gov.br e RENATOTL@tcu.gov.br**Observações Gerais**

A disputa dar-se-á pelo modo ABERTO e FECHADO os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de R\$ 0,01.

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do TCU pelo endereço www.gov.br/compras, selecionando as opções **Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG "30001"**. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Comprasnet e também no endereço www.tcu.gov.br, opção Licitações e contratos do TCU.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
SECRETARIA ESPECIALIZADA EM COMPRAS PÚBLICAS
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES**

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 90009/2026

O **Tribunal de Contas da União - TCU** e este **Pregoeiro**, designado pela Portaria-SecCompras n. 20, de 29 de dezembro de 2025, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei n. 14.133/2021, da Instrução Normativa Seges/ME n. 73/2022, da Lei Complementar n. 123/2006** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação na modalidade **Pregão, na forma eletrônica**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 19 de fevereiro de 2026

HORÁRIO: 10h (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

CÓDIGO UASG: 30001

SEÇÃO I – DO OBJETO

1. A presente licitação tem como objeto a contratação, em regime de empreitada por preço unitário, de serviços contínuos de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos gerados no TCU e no ISC, incluindo coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada, bem como a elaboração/atualização e cadastro do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) na respectiva plataforma digital oficial do Governo do Distrito Federal (PGRS Digital), para o Tribunal de Contas da União (TCU).

1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na plataforma compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

SEÇÃO II – DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 114.926,80 (cento e quatorze mil, novecentos e vinte e seis reais e oitenta centavos), conforme o orçamento anexo.

2.1. Data-base do orçamento estimativo: **25/11/2025**.



SEÇÃO III – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3. Poderão participar deste **Pregão** as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no sítio www.gov.br/compras.

3.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

3.2. O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TCU responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4. Não poderão disputar este **Pregão**:

4.1. Pessoa jurídica que se encontre, na data de abertura deste **Pregão**, impossibilitada de licitar ou contratar com a Administração em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive nos impedimentos derivados do art. 72, § 8º, V, da Lei n. 9.605/1998 e do art. 12 da Lei n. 8.429/1992;

4.1.1. O impedimento de que trata esta subcondição será também aplicado à **licitante** que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da **licitante**.

4.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do TCU ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404/1976, concorrendo entre si;

4.4. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.5. Empresa estrangeira que não funcione no Brasil, enquanto pendente a regulamentação citada no parágrafo único do art. 70 da Lei n. 14.133/2021;

4.6. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

4.7. Cooperativa de trabalho utilizada para intermediação de mão de obra subordinada, conforme disposto no art. 5º da Lei n. 12.690/2012.



- 4.7.1.** Na hipótese de participação ou contratação de cooperativa de trabalho deverão ser observadas as exigências relativas a este tema previstas na Lei n. 5.764/1971, na Lei n. 12.690/2012 e na Instrução Normativa Seges/MP n. 5/2017, em especial, no caso desta norma, as disposições constantes da Seção V do Capítulo I, dos itens 3.1 e 10.5 do Anexo VII-A e do item 2.2 do Anexo VIII-B.

- 4.8.** Pessoa física.

SEÇÃO IV – DA VISTORIA

- 5.** A vistoria do local onde serão executados os serviços será facultativa.
- 5.1.** Caso a **licitante** opte por realizar a vistoria, com o objetivo de se inteirar das condições e grau de dificuldade existentes, poderá fazê-lo até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, mediante prévio agendamento de horário junto ao Serviço de Conservação, Limpeza e Copa – Secop, pelo telefone (61) 3527-5180.
- 5.1.1.** A vistoria, quando realizada, será limitada a uma interessada por vez.
- 5.2.** Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as **licitantes** não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste **Pregão**.

SEÇÃO V – DA PROPOSTA

- 6.** A **licitante** cadastrará sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.
- 6.1.** A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **valor global anual da proposta**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
- 7.** A **licitante** deverá, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação ou desclassificação, declarar que:
- 7.1.** Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital;
- 7.2.** Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;



- 7.3.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 7.4.** Sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sessão de abertura deste **Pregão**.
- 8.** A **licitante** enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que:
- 8.1.** Atende aos requisitos do art. 3º da LC n. 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;
- 8.2.** No ano-calendário de realização deste **Pregão**, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 9.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste Edital.
- 10.** As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
- 10.1.** Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
- 10.2.** Até a abertura da sessão pública, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.
- 11.** As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 11.1.** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as **licitantes** liberadas dos compromissos assumidos.

SEÇÃO VI – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 12.** A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo **Pregoeiro**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.gov.br/compras.
- 13.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 14.** Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.



SEÇÃO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

15. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.
16. A **licitante** somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 16.1. A **licitante** poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecúvel
17. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
18. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021.
19. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
20. Durante a fase de lances, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexecúvel.
21. Se ocorrer a desconexão do **Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
22. No caso de a desconexão do **Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do **Pregão** será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras.
23. Neste **Pregão** o modo de disputa adotado será o **aberto e fechado**, conforme disposto no art. 24 da IN Seges-ME n. 73/2022.
- 23.1. A etapa aberta de envio de lances terá duração inicial de 15 (quinze) minutos.
- 23.2. Encerrado o prazo de 15 (quinze) minutos, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 23.3. Durante a etapa aberta, o intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 0,01 (um centavo), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

- 23.4.** Após a etapa de que trata a subcondição anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas subsequentes com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado.
- 23.5.** Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores à de valor mais baixo, as autoras dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado.
- 23.6.** No procedimento de oferta do lance final e fechado:
- 23.6.1.** A **licitante** poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 23.6.2.** O prazo será de até 5 (cinco) minutos e o lance será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 23.7.** Encerrado o prazo estabelecido de até 5 (cinco) minutos, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

SEÇÃO VIII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

24. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

- 24.1.** A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;
- 24.1.1.** Caso a **licitante** tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, conforme art. 44, da Lei Complementar n. 123/2006, será verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário, no endereço eletrônico www.portaltransparencia.jus.br, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela **licitante**, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar.



- 24.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 24.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;
- 24.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006;
- 24.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais **licitantes**.

SEÇÃO IX – DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DISPUTA NA LICITAÇÃO

- 25. O eventual descumprimento das vedações elencadas na Seção III do edital serão verificadas mediante consulta ao:
 - 25.1. Sicafe, na parte que trata das ocorrências e impedimentos;
 - 25.2. Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

SEÇÃO X – DA NEGOCIAÇÃO

- 26. Definido o resultado do julgamento, o **Pregoeiro** poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.
 - 26.1. A negociação poderá ocorrer quando a proposta da primeira colocada, após a fase de disputa, permanecer acima do valor estimado ou quando o **Pregoeiro** considerar que a fase competitiva não foi suficiente para obtenção da melhor proposta.
 - 26.2. Quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimativo da contratação, a negociação poderá ser feita com as demais **licitantes**, respeitada a ordem de classificação estabelecida.
 - 26.3. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais **licitantes**.
 - 26.4. Depois de concluída, a negociação terá seu resultado divulgado a todas as **licitantes** e anexado aos autos do processo licitatório.

SEÇÃO XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

27. A **licitante mais bem classificada** deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços, no prazo de 03 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada pelo **Pregoeiro** por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema www.gov.br/compras.

27.1. A prorrogação de prazo de envio da proposta somente poderá ocorrer por solicitação da **licitante**, mediante justificativa aceita pelo **Pregoeiro**; ou de ofício, a critério do **Pregoeiro**, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade.

28. O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

28.1. O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TCU ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

28.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

28.3. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

28.4. O **Pregoeiro** poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TCU.

28.5. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado.

28.5.1. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor global quanto os valores unitários estimativos da contratação.

28.6. Será desclassificada a proposta que:

28.6.1. Contiver vícios insanáveis;

28.6.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital;

28.6.3. Apresentar preços inexecutáveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

28.6.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo **Pregoeiro**;



28.6-4.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste **Pregão**.

28.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável;

28.6.6. Não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo **Pregoeiro**.

29. A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

30. Se a proposta não for aceitável, ou se a **licitante** não atender às exigências de habilitação, o **Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

SEÇÃO XII – DA HABILITAÇÃO

31. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da **licitante** cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

32. Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, previstos nos incisos I a VI do *caput* e nos §§ 1º e 2º do artigo 68 da Lei n. 14.133/2021, caso não estejam contemplados no Sicafe, e a documentação comprobatória das exigências de qualificação econômico-financeira e técnica da **licitante**, além de condições adicionais, eventualmente detalhadas nos itens a seguir, deverão ser enviados por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras, quando solicitados pelo **Pregoeiro**.

32.1. Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo de até 03 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada pelo **Pregoeiro**.

32.2. A prorrogação de prazo de envio da documentação somente poderá ocorrer por solicitação da **licitante**, mediante justificativa aceita pelo **Pregoeiro**; ou de ofício, a critério do **Pregoeiro**, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade.

33. Para fins de **qualificação econômico-financeira**, deverão ser apresentados:

33.1. Balanço Patrimonial do último exercício social;

33.1.1. A **licitante** deve, sempre que questionada, comprovar a legalidade da documentação enviada para este fim, que deverá conter, **no mínimo**:

- 33.1-1.1.** A integralidade das contas que compõem o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e as contas de resultado, para os casos de apresentação de DRE, de forma que seja possível verificar os saldos apurados.
 - 33.1-1.2.** Comprovante de autenticação da escrituração contábil junto ao registro público competente.
 - 33.1-1.2.1.** O comprovante de autenticação poderá ser substituído por Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital – ECD, gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, ou comprovante de publicação das demonstrações financeiras na forma determinada pelo art. 289 da Lei n. 6.404/1976.
 - 33.1.2.** O marco temporal para apresentação das demonstrações do último exercício social exigível será o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração, nos termos da IN RFB n. 2.142/2023.
 - 33.2.** Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do último exercício social;
 - 33.3.** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da **licitante**;
 - 33.4.** O comprovante de autenticação da escrituração contábil junto ao registro público competente, que poderá ser substituído por Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital – ECD, gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, ou comprovante de publicação das demonstrações financeiras na forma determinada pelo art. 289 da Lei n. 6.404/1976.
- 34.** Os documentos exigidos na Condição anterior deverão comprovar:
- 34.1.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;
 - 34.2.** Patrimônio Líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.
- 35.** Para fins de **qualificação técnico-operacional**, deverão ser apresentados:
- 35.1.** Licença de Funcionamento, expedida pelo órgão competente de vigilância sanitária do Distrito Federal, cf. art. 2º da Lei Distrital n.º 4.570, de 17 de maio de 2011;
 - 35.2.** Licença Ambiental (ou termo equivalente), concedida por órgão ambiental competente, conforme art. 4 da Resolução Anvisa - RDC n.º 622, de 9 de março de 2022;

- 35.3. Registro do responsável técnico da **licitante** junto ao Conselho Profissional, conforme caput do art. 7º da Resolução Anvisa - RDC n.º 622, de 9 de março de 2022;
- 35.4. Registro da **licitante** junto ao conselho profissional do seu responsável técnico, conforme § 2º do art. 7º da Resolução Anvisa - RDC n.º 622, de 9 de março de 2022;
- 35.5. Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo Conselho Profissional do seu responsável técnico;
- 35.6. Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF Ibama), emitido por órgão competente, conforme Instrução Normativa n.º 12/2021 do IBAMA, artigo 11, inciso III, alínea C;
- 35.7. 1 (um) ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da **licitante**, que comprovem que a **licitante** realizou serviços de gestão de resíduos sólidos, incluindo coleta, transporte e destinação ambientalmente adequada, em quantidade mínima de 90 (noventa) toneladas;
 - 35.7.1. Será aceito o somatório de atestados, certidões ou declarações, desde que reste demonstrada a execução concomitante dos serviços.
 - 35.7.2. Atestados, certidões, declarações, cópias de contratos ou outros documentos idôneos, que demonstrem experiência da licitante pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, em períodos sucessivos ou não, na execução de serviços contínuos sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
 - 35.7-2.1. Será aceito o somatório dos documentos relacionados, sendo os períodos concomitantes computados uma única vez.
 - 35.7.3. A apresentação de cópias de contratos para comprovação do tempo de experiência deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de documentos complementares que atestem a efetiva e regular execução dos serviços ao longo do período que se deseja comprovar, tais como, cópias de notas fiscais, termos de recebimento provisório ou definitivo dos serviços executados, ou documentos equivalentes que demonstrem a prestação contínua do objeto contratado.
 - 35.7.4. Para a comprovação de capacidade técnica e do tempo de experiência serão aceitos atestados, certidões ou declarações expedidas tanto em nome da matriz quanto das filiais porventura existentes.

- 35.7.5.** Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido, no mínimo, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.
- 35.7.6.** O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal e/ou secundária da **licitante**, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.
- 36.** As **licitantes** deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, por meio de cópia do instrumento que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.
- 37.** O **Pregoeiro** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das **licitantes**.
- 37.1.** Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Pregoeiro**.
- 37.1.1.** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Serviço de Licitações - Selic do Tribunal de Contas da União, situado no Setor de Administração Federal Sul – SAFS, Quadra 04, Lote 1, Anexo I, sala 117, CEP 70042-900, Brasília-DF.
- 37.2.** Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da **licitante**, com indicação do número de inscrição no CNPJ.
- 37.3.** As exigências a serem comprovadas por documentação emitida em língua estrangeira serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.
- 37.4.** Para fins de assinatura do contrato, os documentos emitidos em língua estrangeira serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n. 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 37.5.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

37.6. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

37.6.1. O prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.

37.6.2. A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela **licitante**, mediante apresentação de justificativa.

37.7. A não regularização da documentação, no prazo previsto na subcondição anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao **Pregoeiro** convocar as **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação.

38. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a **licitante** será declarada vencedora.

39. Após a entrega da documentação para habilitação, documentos adicionais, relacionados ou não com os já disponibilizados ao **Pregoeiro**, somente serão aceitos em sede de diligência e desde que preenchidos cumulativamente os seguintes requisitos:

39.1. Houve erro no envio ou juntada no momento oportuno;

39.1.1. Os documentos embora existentes na data da abertura do certame, não foram disponibilizados tempestivamente.

39.2. Comprovam condição pré-existente à data da sessão de abertura do certame;

39.3. Não alteram substancialmente a proposta, os documentos de habilitação e sua validade jurídica, de forma a comprometer a integridade de documento ou informação tempestiva e válida recebida anteriormente.

40. O saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica será efetuado pelo **Pregoeiro**, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

SEÇÃO XIII – DA DEMONSTRAÇÃO DOS SERVIÇOS

41. Não se exigirá demonstração do serviço ofertado.

SEÇÃO XIV – DO RECURSO

42. Qualquer **licitante** poderá, no prazo de 10 (dez) minutos, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento e do ato de habilitação ou inabilitação.



43. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de lavratura da ata do pregão.
44. As demais **licitantes** ficarão intimadas para, caso desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso.
45. Será assegurado à **licitante** vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
46. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

SEÇÃO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

47. A adjudicação e homologação deste Pregão competem ao Secretário-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União.
48. O objeto deste **Pregão** será adjudicado globalmente à **licitante vencedora**.

SEÇÃO XVI – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

49. Depois de homologado o resultado deste **Pregão**, a **licitante vencedora** será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
50. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela **licitante vencedora** em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.
51. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela **licitante vencedora** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo TCU.
52. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do Sicaf e de outros meios se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.
53. Constitui fator impeditivo para a celebração e aditamentos do contrato decorrente deste Pregão a existência de registro relativo à **licitante vencedora** no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), conforme arts. 6º e 6º-A da Lei n. 10.522/2002.
- 53.1. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á, em consulta ao Cadin, se existe registro relativo à **licitante vencedora**.
54. Quando a **licitante** convocada não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidas, outra **licitante** poderá ser convocada, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pela **licitante vencedora**.

- 54.1.** Caso nenhuma das **licitantes** aceite a contratação nos termos descritos na condição acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:
- 54.1.1.** Convocar as **licitantes** remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
 - 54.1.2.** Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas **licitantes** remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

SEÇÃO XVII – DAS SANÇÕES

55. Com fundamento no artigo 156 da Lei n. 14.133/2021 e na Portaria-TCU n. 127/2023, cumulativamente ou não com multa aplicada em razão de qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei n. 14.133/2021, a **licitante**:

- 55.1.** Ficará **impedida de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelos prazos abaixo indicados, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:
 - 55.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame – de 2 (dois) meses a 6 (seis) meses;
 - 55.1-1.1.** Configurar-se-á esta infração, entre outras hipóteses, deixar de entregar quaisquer documentos de habilitação exigidos durante a licitação.
 - 55.1.2.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado – de 2 (dois) meses a 1 (um) ano;
 - 55.1-2.1.** Configurar-se-á esta infração, entre outras hipóteses:
 - 55.1-2.1.1.** Deixar de enviar a proposta ou se recusar a enviar seu detalhamento, quando exigível;
 - 55.1-2.1.2.** Solicitar a desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja evidenciada e justificada a impossibilidade de seu cumprimento.
 - 55.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta – de 6 (seis) meses a 1 (um) ano;

- 55.1-3.1.** Configurar-se-á esta infração, entre outras hipóteses, deixar de assinar o contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.
 - 55.1.4.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado – de 3 (três) meses a 1 (um) ano.
 - 55.1-4.1.** Configurar-se-á esta infração, entre outras hipóteses, qualquer ação ou omissão da **licitante** que:
 - 55.1-4.1.1.** Prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra, quando houver, no prazo assinalado neste Edital;
 - 55.1-4.1.2.** Atrase a assinatura do contrato;
 - 55.1-4.1.3.** Ocasione o descumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital.
- 55.2.** Será **declarada inidônea** para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelos prazos abaixo indicados, quando praticar as seguintes infrações:
 - 55.2.1.** Aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, a União, nos casos em que implicarem danos financeiros significativos para o TCU, impactos severos na eficiência do contrato ou nas rotinas administrativas:
 - 55.2-1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta – de 3 (três) a 4 (quatro) anos;
 - 55.2-1.2.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado – de 3 (três) a 5 (cinco) anos.
 - 55.2.2.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação – de 3 (três) a 4 (quatro) anos;
 - 55.2.3.** Fraudar a licitação – de 4 (quatro) a 6 (seis) anos;
 - 55.2.4.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza – de 3 (três) a 4 (quatro) anos;

55.2-4.1. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Código Penal (Decreto-Lei n. 2.848/1940).

55.2.5. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação – de 3 (três) a 5 (cinco) anos;

55.2.6. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013 – de 4 (quatro) a 6 (seis) anos.

56. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos arts. 157 a 161 da Lei n. 14.133/2021 e na Portaria-TCU n. 127/2023, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

56.1. Na hipótese de abetura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à **licitante**, em decorrência de conduta vedada neste **Pregão**, com fundamento no § 3º do art. 26 da Lei n. 9.784/1999, as comunicações à **licitante** serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (*e-mail*) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao Sicaf.

56.1.1. A **licitante** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (*e-mail*) cadastrado junto ao Sicaf e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do TCU, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

SEÇÃO XVIII – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

57. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste **Pregão** mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico cpl@tcu.gov.br, até as 19 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

58. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

59. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao **Pregoeiro** até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico cpl@tcu.gov.br.

60. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



SEÇÃO XIX – DISPOSIÇÕES FINAIS

61. Ao Secretário-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

61.1. A anulação do **Pregão** induz à do contrato.

61.2. As **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

62. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Lei n. 14.063, de 23 de setembro de 2020, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

63. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei n. 11.488/2007, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.

64. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

SEÇÃO XX – DOS ANEXOS

65. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

65.1. Anexo I - Termo de Referência;

65.2. Anexo II - Especificações Técnicas do Objeto;

65.3. Anexo III - Orçamento Estimativo;

65.4. Anexo IV - Modelo de Proposta de Preços;

65.5. Anexo V - Minuta do Contrato.

SEÇÃO XXI – DO FORO

66. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de **Brasília/DF**, Seção Judiciária do **Distrito Federal**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Brasília, 02 de fevereiro de 2026

Renato Teixeira Leite de La Rocque

Pregoeiro



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de serviços contínuos de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos gerados no TCU e no ISC, em regime de empreitada por preço unitário, incluindo coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada, bem como a elaboração/atualização e cadastro do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) na respectiva plataforma digital oficial do Governo do Distrito Federal (PGRS Digital), para o Tribunal de Contas da União (TCU).

2. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

2.1. O estudo técnico preliminar correspondente encontra-se inserido à **peça nº 11 do TC 020.594/2025-9**.

3. FUNDAMENTAÇÃO

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- b) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- c) Portaria-TCU nº 175, 30 de novembro de 2022;
- d) Portarias-TCU nºs 121 e 122, de 28 de junho de 2023; e
- e) Portaria-TCU nº 127, de 4 de julho de 2023.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Os significados dos termos utilizados na presente especificação são os seguintes:

- a) CONTRATANTE: União, por intermédio do Tribunal de Contas da União - TCU;
- b) CONTRATADA: Licitante vencedora do certame licitatório, a quem será adjudicado o objeto desta licitação, após a assinatura do contrato;
- c) FISCALIZAÇÃO: Servidor(es) designado(s) formalmente para representar a CONTRATANTE, responsável(eis) pela fiscalização dos serviços.

5. NATUREZA DO SERVIÇO

5.1. Os serviços serão de natureza continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

6. UNIDADE DE MEDIDA

6.1. As unidades de medida e as quantidades estimadas para esta contratação estão detalhadas no Anexo III Orçamento estimativo e no Anexo IV Modelo de Proposta de Preços.

7. METAS FÍSICAS

7.1. Atender às necessidades do Tribunal de Contas da União em Brasília-DF, referentes à prestação de serviços especializados de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos



gerados em suas instalações (TCU Sede e ISC), garantindo a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final ambientalmente adequada, em estrita observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos e à legislação distrital pertinente.

8. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Os serviços deverão ser executados no Tribunal de Contas da União, SAFS, Quadra 04, Lote, 01 – Sede, CEP: 70042-900 e no Instituto Serzedello Corrêa (ISC/TCU), Setor de Clubes Sul, Trecho 3, Polo 8, Lote 3, em Brasília/DF.

9. PRAZOS

9.1. O prazo de vigência inicial deste contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos.

9.2. A execução contratual terá início em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.

9.3. A Administração terá a opção de extinguir o contrato na próxima data de aniversário do contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

9.4. A extinção mencionada somente ocorrerá na data de aniversário do contrato, assegurado o prazo mínimo de dois meses para ciência do contratado.

9.5. O preposto, cuja atribuições e responsabilidades estão definidas no ANEXO II – Especificações Técnicas deverá se apresentar à respectiva unidade fiscalizadora em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, para firmar, juntamente com os servidores designados para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado a tratar dos assuntos pertinentes à execução do contrato.

10. CRITÉRIOS AMBIENTAIS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E DE ACESSIBILIDADE

10.1. A CONTRATADA deverá cumprir integralmente a legislação ambiental federal e distrital vigente, incluindo, entre outras, a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), o Decreto nº 7.404/2010, as resoluções do CONAMA e demais normativos aplicáveis, bem como as diretrizes específicas do Tribunal de Contas da União (TCU).

10.2. Ressalta-se o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) do TCU, conforme Portaria-TCU nº 102/2021, que estabelece parâmetros para segregação, coleta, armazenagem, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, aplicável em todas as unidades do Tribunal, em consonância com a regulamentação distrital e, subsidiariamente, com normas estaduais. O PGRS está integrado ao Plano de Logística Sustentável (Portaria-TCU nº 157/2020) e à Política Institucional de Sustentabilidade (Resolução-TCU nº 268/2015), assegurando o atendimento pleno às exigências legais e ambientais.

10.3. Deverá ser garantida a segregação na fonte e a coleta seletiva de resíduos recicláveis e não recicláveis, com destinação prioritária dos recicláveis a cooperativas ou associações de

catadores cadastradas junto ao SLU/DF, em consonância com o disposto no Decreto nº 10.936/2022.

10.4. A empresa contratada deverá assegurar que a destinação final dos rejeitos seja realizada exclusivamente em locais licenciados pelos órgãos ambientais competentes, vedado o descarte irregular em aterros não licenciados ou em áreas de risco ambiental.

10.5. Os veículos, equipamentos e recipientes utilizados deverão ser eficientes e adequados, buscando redução da emissão de poluentes atmosféricos, ruídos e odores, preferencialmente atendendo a normas técnicas e padrões de sustentabilidade reconhecidos.

10.6. A CONTRATADA deverá fornecer relatórios periódicos de rastreabilidade contendo dados de pesagem, classificação, transporte e destinação dos resíduos, acompanhados dos certificados emitidos pelos receptores finais, de forma a garantir a transparência e a comprovação da destinação ambientalmente correta.

10.7. A execução contratual deverá observar o uso racional de recursos naturais, priorizando práticas que minimizem a geração de resíduos e incentivem a reutilização e a reciclagem, em consonância com as metas estabelecidas no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e no Plano de Logística Sustentável (PLS 2021–2025) do TCU.

10.8. A CONTRATADA deverá promover práticas de educação ambiental e de conscientização junto aos empregados e colaboradores envolvidos, podendo ser solicitada a realização de campanhas ou treinamentos em parceria com o TCU.

10.9. Em observância à legislação vigente, deverão ser adotadas medidas de acessibilidade e inclusão, garantindo que os serviços possam ser compreendidos, utilizados e acompanhados por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, incluindo a disponibilização de informações em formatos acessíveis e adequação de recipientes ou pontos de coleta para facilitar o uso universal.

11. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

11.1. SecAmbientes / Diac / Seac-Op.

12. UNIDADE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo Secop/Diop/SecAmbientes mediante fiscais da CONTRATANTE, devidamente designados para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

12.2. A atestação de conformidade do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização deste contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

13. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO

13.1. Serviço de Pagamento a Fornecedores da Sede – SPF/Deof/SecCompras, ou outro(a) que vier a sucedê-lo(a).



ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

A documentação que constitui este anexo consta da peça 15 do TC 020.594/2025-9 e está disponibilizada junto ao *download* do edital efetuado via site www.gov.br/compras e no site TCU em menu específico para licitações em andamento.

Alternativamente, caso não seja possível o acesso pelos meios indicados acima, basta solicitar cópia por mensagem de correio eletrônico ao endereço indicado na capa deste edital.



ANEXO III – ORÇAMENTO ESTIMATIVO

DESCRIÇÃO GERAL DO OBJETO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Quantidade (toneladas/mês)	Valor Unitário R\$	Valor Total Mensal R\$	Valor Anual R\$
1	Serviços de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos gerados no TCU e no ISC, incluindo coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada e elaboração/atualização e cadastro do PGRS na respectiva plataforma digital oficial do Governo do Distrito Federal (PGRS Digital), em Brasília/DF.	15	638,48	9.577,23	114.926,80
VALOR MÉDIO MENSAL ESTIMADO				R\$ 9.577,23	
VALOR ANUAL ESTIMADO				R\$ 114.926,80	



ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

DESCRIÇÃO GERAL DO OBJETO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Quantidade (toneladas/mês)	Valor Unitário R\$	Valor Total Mensal R\$	Valor Anual R\$
1	Serviços de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos gerados no TCU e no ISC, incluindo coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada e elaboração/atualização e cadastro do PGRS na respectiva plataforma digital oficial do Governo do Distrito Federal (PGRS Digital), em Brasília/DF.	15			
VALOR MÉDIO MENSAL ESTIMADO				R\$	
VALOR ANUAL ESTIMADO				R\$	

1. O prazo de validade de nossa proposta é de **60 (sessenta) dias** corridos, contados da data da proposta.
2. Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas neles.
3. Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte da execução dos serviços, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, materiais necessários, envio de resultados, impostos, seguro, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa.



ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N. [Numero_Acordo].

As CONTRATANTES qualificadas a seguir têm entre si justo e avençado, e celebram o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PARÂMETROS ESPECÍFICOS DA CONTRATAÇÃO

1. **CONTRATANTE:** [qualificação do TCU].
2. **CONTRATADA:** [qualificação do fornecedor].
3. **UNIDADE CENTRAL DE APOIO À GESTÃO CONTRATUAL:** [unidade central de apoio à gestão contratual – inciso XIX do art. 2º da Portaria-TCU n. 122/2023].
4. **UNIDADE FISCALIZADORA:** [unidade fiscalizadora – inciso XX do art. 2º da Portaria-TCU n. 122/2023].
5. **UNIDADE GESTORA:** [unidade gestora – inciso XXI do art. 2º da Portaria-TCU n. 122/2023].
6. **PROCESSO ELETRÔNICO:** 020.594/2025-9.
7. **OBJETO:** Serviços contínuos de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos gerados no TCU e no ISC, em regime de empreitada por preço unitário, incluindo coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada, bem como a elaboração/atualização e cadastro do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) na respectiva plataforma digital oficial do Governo do Distrito Federal (PGRS Digital), para o Tribunal de Contas da União (TCU).
8. **DOS VALORES:**
 - 8.1. **VALOR TOTAL ESTIMADO:** [Valor_Total].
9. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados de __/__/__ a __/__/__.
10. **ÍNDICE PARA REAJUSTE CONTRATUAL:** Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que vier a substituí-lo.
11. **DATA-BASE PARA REAJUSTE CONTRATUAL:** 25/11/2025.
12. **FORO:** Justiça Federal, no foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

13. Este contrato regula a execução do objeto citado em sua cláusula primeira cujas especificações detalhadas constam anexadas ao edital da licitação convertida na presente contratação, bem como da proposta aceita no procedimento licitatório.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

14. A despesa orçamentária da execução deste contrato para este exercício de correrá conforme as informações a seguir:

14.1. Valor: R\$ [valor] ([valor por extenso]);

14.2. Empenho: [empenho] de [data].

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

15. A execução contratual terá início em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

16. O prazo de vigência será 12 (doze) meses, contados nos termos da cláusula primeira deste contrato.

17. O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, por prazo idêntico à vigência inicial, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

17.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

17.2. A Administração do TCU tenha interesse na continuidade dos serviços;

17.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração do TCU, permitida a negociação entre os contratantes, com a finalidade de adequação do valor a esse requisito; e

17.4. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

18. Nos termos do art. 105 da Lei n. 14.133/2021, deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

19. A Administração terá a opção de extinguir o contrato na próxima data de aniversário do contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

19.1. A extinção mencionada somente ocorrerá na data de aniversário do contrato, assegurado o prazo mínimo de 2 (dois) meses para ciência da CONTRATADA.



CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

20. Não será exigida garantia da execução do contrato, mas a CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

21. As partes envolvidas, por si e por seus colaboradores, deverão observar as disposições da Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, quando do tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, em especial quanto à finalidade, boa-fé e demais princípios insculpidos no art. 6º da LGPD.

21.1. A CONTRATANTE figura na qualidade de Controlador de dados enquanto a CONTRATADA é definida como Operadora de dados.

21.1.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA serão consideradas controladoras conjuntas quando esta transferir dados pessoais e dados pessoais sensíveis de seus representantes, prepostos ou colaboradores à CONTRATANTE.

21.2. A CONTRATADA indicará encarregado para assuntos relacionados à LGPD que poderá ser o mesmo colaborador qualificado como preposto para outros assuntos relacionados à execução do contrato.

21.2.1. O fiscal nomeado pela CONTRATANTE contará com a orientação da unidade da CONTRATANTE indicada como encarregada para atuar como canal de comunicação entre a CONTRATANTE, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

21.3. A CONTRATANTE tratará dados pessoais e dados pessoais sensíveis dos representantes, prepostos ou colaboradores da CONTRATADA, para viabilizar acesso às instalações físicas e sistemas de informação essenciais ao desenvolvimento das atividades contratadas, além de cumprir com o dever legal de fiscalização na execução do contrato.

21.3.1. Os dados pessoais dos representantes, prepostos e colaboradores da CONTRATADA, obtidos em razão desse contrato, poderão ser divulgados pela CONTRATANTE com a finalidade de cumprir mandamentos legais e jurisprudenciais relacionados à transparência.

21.4. A CONTRATADA está obrigada a guardar sigilo por si, por seus colaboradores ou prepostos, nos termos da LGPD, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento ou ter acesso em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências de eventual tratamento indevido ou uso em desconformidade com o objeto desse contrato.

21.5. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula contratual, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE, cujos princípios deverão ser aplicados ao tratamento dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis.

21.6. É vedado à CONTRATADA o tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

21.7. A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais tratados, causados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

21.8. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, para que a CONTRATANTE adote, se for o caso, as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

21.9. Extinto o presente instrumento ou alcançado o objeto que encerre o tratamento de dados pessoais, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art.16 da LGPD.

22. A CONTRATADA se compromete, ainda, a:

22.1. Cumprir com as obrigações e requisitos das legislações de proteção de informações relacionadas a pessoas naturais identificadas ou identificáveis (“Dados Pessoais”) vigentes ou que entrem em vigor na vigência deste contrato;

22.2. Abster-se de realizar quaisquer ações ou omissões que possam resultar de alguma forma em violação das Legislações de Proteção de Dados Pessoais, especialmente quanto à confidencialidade dos dados pessoais;

22.3. Prestar informações à CONTRATANTE para que esta proveja às respostas ao titular de dados, nos termos da LGPD;

22.4. Tratar os dados pessoais apenas para fins lícitos, adotando as melhores posturas e práticas para preservar o direito à privacidade dos titulares e dar cumprimento às regras e princípios previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD;

22.5. Tomar todas as medidas razoavelmente necessárias para manter a conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais, respeitando as políticas e regras editadas ou que vierem a ser editadas pela CONTRATANTE no tocante ao armazenamento e tratamento de dados e informações pessoais, sem prejuízo do estrito respeito à LGPD, bem como quaisquer outras leis relativas à proteção de dados pessoais que vierem a ser promulgadas ou entrem em vigor no curso da vigência deste contrato;



- 22.6.** Garantir que qualquer atividade realizada envolvendo o tratamento de Dados Pessoais, resultante do objeto do presente contrato, e as medidas adotadas para a privacidade e segurança estejam em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais e sejam consistentes com a Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE e normativos correlatos;
- 22.7.** Possibilitar e garantir à CONTRATANTE o acompanhamento, fiscalização e auditoria, a qualquer tempo, no que se refere às obrigações relativas à proteção de dados pessoais;
- 22.8.** Realizar o Tratamento de Dados Pessoais no estrito limite determinado pela CONTRATANTE para execução do contrato;
- 22.9.** Adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança dos Dados Pessoais, viabilizando à CONTRATANTE a coleta de termos de confidencialidade de todos os seus colaboradores vinculados a este contrato;
- 22.10.** Somente realizar o Tratamento de Dados Pessoais como resultado do presente contrato com a finalidade de cumprir com as respectivas obrigações contratuais;
- 22.11.** Não permitir ou facilitar o Tratamento de Dados Pessoais por terceiros para qualquer finalidade que não seja o cumprimento de suas respectivas obrigações contratuais, com exceção, se for o caso, da subcontratação previamente autorizada pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ENCARGOS DAS PARTES

- 23.** As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 24.** A CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico citado na Cláusula Primeira, deve:
 - 24.1.** Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;
 - 24.2.** Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
 - 24.3.** Cumprir, durante a vigência do contrato, as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; e apresentar os respectivos comprovantes do cumprimento dessas exigências sempre que solicitado pela CONTRATANTE;
 - 24.4.** Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE;



- 24.5.** Conhecer e observar os princípios e as regras de conduta constantes do Código de Conduta Ética dos Servidores do Tribunal de Contas da União, aprovado pela Resolução-TCU n. 330, de 1º de setembro de 2021, regulamentado pela Portaria-TCU nº 112, de 22 de julho de 2022;
- 24.6.** Indicar, no início da execução do contrato, endereço eletrônico institucional para recebimento de cópia da ordem bancária e, se houver, de retenções, dos respectivos demonstrativos, da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) e da Declaração de Retenção do Imposto Sobre Serviços (DRISS);
- 24.6.1.** Durante a execução do contrato, a CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE sobre eventuais alterações do endereço eletrônico institucional indicado no item anterior.
- 24.7.** Conhecer e observar os princípios, diretrizes e protocolos constantes da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e a Todas as Formas de Violência e Discriminação no âmbito do TCU.
- 24.8.** Estar ciente de que assume o compromisso de não realizar atos de discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º, inciso I do art. 5º, observando, no que couber, o Estatuto da Igualdade Racial instituído pela Lei n. 12.288/2010;
- 24.9.** Estar ciente de que assume o compromisso de não praticar, de nenhuma forma, ações que lesionem a Dignidade da Pessoa Humana e a Valorização do Trabalho Humano protegidos nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, e que possam ser enquadradas nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal.
- 24.10.** Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e de disciplina instituídos;
- 24.11.** Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços;
- 24.12.** Implantar adequadamente o planejamento, a execução e supervisão dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre todas as dependências da CONTRATANTE em perfeita ordem;
- 24.13.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros estabelecidos, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como observar a conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios;
- 24.14.** Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços;



- 24.15.** Permitir que suas instalações sejam vistoriadas por equipe de técnicos da CONTRATANTE, a qualquer hora, para efeitos de maior segurança quanto à qualidade dos serviços a serem prestados e quanto à destinação e reaproveitamento dos resíduos, possibilitando o exame das instalações e das anotações relativas às máquinas, veículos, equipamentos, ao pessoal e ao material, fornecendo todos os dados e elementos referentes aos serviços, quando for solicitado;
- 24.16.** Aplicar, na condição de autorizatário, adesivos nos veículos cadastrados contendo o número do registro e a data de validade da autorização, conforme previsto na Instrução Normativa SLU nº 89/2016, atualizada pela IN SLU nº 10/2022;
- 24.17.** Os adesivos devem ser fixados de forma visível, nas portas laterais e no canto inferior direito do para-brisa dos veículos, atendendo às especificações estabelecidas nos modelos constantes dos Anexos III e IV da IN SLU nº 89/2016 e suas atualizações.
- 24.18.** Responder pela violação, por si, seus empregados ou prepostos, das leis, regulamentos ou posturas aplicáveis aos serviços;
- 24.19.** Os empregados da CONTRATADA responsáveis pela execução dos serviços não manterão qualquer vínculo empregatício ou relação trabalhista com o Tribunal, sendo sua remuneração e demais encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e securitários de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, à qual permanecem integralmente vinculados. Eventual inadimplemento dessas obrigações não transferirá ao Tribunal qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária, nos termos da legislação vigente e da jurisprudência do Tribunal de Contas da União;
- 24.20.** Apresentar a Nota Fiscal correspondente aos serviços prestados no mês anterior, devidamente acompanhada da documentação comprobatória de destinação final dos resíduos coletados;
- 24.21.** Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração na legislação ou regulamentação que impacte a padronização ou os requisitos de identificação das embalagens destinadas ao acondicionamento de resíduos sólidos;
- 24.22.** Disponibilizar mensalmente à CONTRATANTE a documentação comprobatória da adequada destinação final dos resíduos coletados;
- 24.23.** Assegurar o transporte de todos os resíduos acompanhado do MTR emitido pela Contratante, e fornecer mensalmente à fiscalização os comprovantes de baixa (recebimento) e destinação final emitidos pelas unidades receptoras licenciadas;
- 24.24.** Obedecer às normas de circulação de veículos dispostas nas unidades destinatárias dos resíduos coletados;
- 24.25.** Os veículos que forem disponibilizados à coleta dos resíduos produzidos pela CONTRATANTE deverão atender aos limites ambientais quanto à poluição do ar e sonora, em estrita observância à legislação pertinente;
- 24.26.** Fornecer, sempre que solicitado, todos os dados necessários ao controle e à fiscalização de sua atividade;
- 24.27.** Responsabilizar-se pela constante atualização dos dados fornecidos ao SLU/DF;



- 24.28.** Responsabilizar-se pela constante atualização dos dados fornecidos ao Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos – SINIR;
- 24.29.** Elaborar, cadastrar e realizar as atualizações anuais do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS Digital), apresentando à CONTRATANTE a devida comprovação de protocolo e aceite do plano, conforme o Decreto n.º 46.520, de 13 de novembro de 2024.
- 24.30.** Licença Ambiental ou Autorização de Transporte;
- 24.31.** Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (IBAMA), em conformidade com a Lei 12.305/2010.
- 24.32.** Manter durante 5 (cinco) anos, em seu poder, registros e comprovantes de tratamento e/ou disposição final dada aos resíduos coletados e transportados;
- 24.33.** Fornecer à CONTRATANTE, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a retirada do resíduo sólido, a cópia do Controle de Transporte de Resíduos (CTR) de cada coleta indicando o local de destinação final;
- 24.34.** Utilizar, na execução dos serviços, apenas os veículos e equipamentos cadastrados no SLU, colocando-os à disposição da fiscalização sempre que requisitado para vistoria;
- 24.35.** Manter a identificação dos veículos cadastrados, conforme norma estabelecida pelo SLU, no curso da execução contratual;
- 24.36.** Destinar os resíduos sólidos coletados e transportados somente nos locais licenciados ou previamente aprovados pelo poder público.
- 25.** Critérios ambientais e práticas de sustentabilidade e de acessibilidade.
- 25.1.** A CONTRATADA deverá cumprir integralmente a legislação ambiental federal e distrital vigente, incluindo, entre outras, a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), o Decreto nº 7.404/2010, as resoluções do CONAMA e demais normativos aplicáveis, bem como as diretrizes específicas do Tribunal de Contas da União (TCU).
- 25.2.** Ressalta-se o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) do TCU, conforme Portaria-TCU nº 102/2021, que estabelece parâmetros para segregação, coleta, armazenagem, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, aplicável em todas as unidades do Tribunal, em consonância com a regulamentação distrital e, subsidiariamente, com normas estaduais. O PGRS está integrado ao Plano de Logística Sustentável (Portaria-TCU nº 157/2020) e à Política Institucional de Sustentabilidade (Resolução-TCU nº 268/2015), assegurando o atendimento pleno às exigências legais e ambientais.
- 25.3.** Deverá ser garantida a segregação na fonte e a coleta seletiva de resíduos recicláveis e não recicláveis, com destinação prioritária dos recicláveis a cooperativas ou associações de catadores cadastradas junto ao SLU/DF, em consonância com o disposto no Decreto nº 10.936/2022.



- 25.4.** A CONTRATADA deverá assegurar que a destinação final dos rejeitos seja realizada exclusivamente em locais licenciados pelos órgãos ambientais competentes, vedado o descarte irregular em aterros não licenciados ou em áreas de risco ambiental.
- 25.5.** Os veículos, equipamentos e recipientes utilizados deverão ser eficientes e adequados, buscando redução da emissão de poluentes atmosféricos, ruídos e odores, preferencialmente atendendo a normas técnicas e padrões de sustentabilidade reconhecidos.
- 25.6.** A CONTRATADA deverá fornecer relatórios periódicos de rastreabilidade contendo dados de pesagem, classificação, transporte e destinação dos resíduos, acompanhados dos certificados emitidos pelos receptores finais, de forma a garantir a transparência e a comprovação da destinação ambientalmente correta.
- 25.7.** A execução contratual deverá observar o uso racional de recursos naturais, priorizando práticas que minimizem a geração de resíduos e incentivem a reutilização e a reciclagem, em consonância com as metas estabelecidas no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e no Plano de Logística Sustentável (PLS 2021–2025) do TCU.
- 25.8.** A CONTRATADA deverá promover práticas de educação ambiental e de conscientização junto aos empregados e colaboradores envolvidos, podendo ser solicitada a realização de campanhas ou treinamentos em parceria com o TCU.
- 25.9.** Em observância à legislação vigente, deverão ser adotadas medidas de acessibilidade e inclusão, garantindo que os serviços possam ser compreendidos, utilizados e acompanhados por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, incluindo a disponibilização de informações em formatos acessíveis e adequação de recipientes ou pontos de coleta para facilitar o uso universal.
- 26.** São expressamente vedadas à CONTRATADA:
- 26.1.** A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;
- 26.2.** A subcontratação para a execução do objeto deste contrato;
- 26.3.** A contratação de dirigente ou servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.
- 27.** A CONTRATANTE, além das obrigações estabelecidas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico citado na Cláusula Primeira, deve:
- 27.1.** Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA;
- 27.2.** Garantir o acesso, aos empregados da CONTRATADA devidamente identificados, aos locais indispensáveis à execução de suas atividades;



- 27.3.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 27.4.** Manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, os documentos comprobatórios relativos à destinação final dos resíduos gerados, em conformidade com a legislação vigente;
- 27.5.** Fornecer, sempre que solicitado pelos órgãos competentes, todas as informações referentes à natureza, ao tipo, às características e ao gerenciamento dos resíduos produzidos;
- 27.6.** Assegurar aos agentes do Poder Público o acesso às suas instalações, para fins de verificação do cumprimento das exigências legais relacionadas ao gerenciamento de resíduos sólidos;
- 27.7.** Fiscalizar, por meio de mecanismos apropriados, a execução das atividades pelos empregados da CONTRATADA, garantindo sua conformidade com as Especificações Técnicas;
- 27.8.** Promover, em conjunto com a CONTRATADA se necessário, a segregação na origem dos resíduos sólidos similares aos resíduos domiciliares nos termos das normas legais, regulamentares e contratuais e do seu plano de gerenciamento;
- 27.9.** Observar as normas pertinentes para acondicionamento e apresentação de resíduos sólidos para coleta;
- 27.10.** Embalar adequadamente os materiais cortantes, pontiagudos, contundentes e perfurantes, antes do seu acondicionamento, a fim de evitar lesões e acidentes aos coletores;
- 27.11.** Acondicionar os rejeitos ou resíduos indiferenciados em sacos plásticos resistentes e fechados, preferencialmente na cor cinza;
- 27.12.** Garantir a manutenção do cadastro como grande gerador junto ao SLU, conforme previsto na Lei nº 5.610, de 16 de fevereiro de 2016;
- 27.13.** Emitir o MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos) na condição de gerador do resíduo, o qual deverá acompanhar o transporte até a destinação final ambientalmente adequada;
- 27.14.** Realizar as avaliações previstas no Instrumento de Medição de Resultados (IMR);
- 27.15.** Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas pela CONTRATADA todas as formalidades e exigências do contrato;
- 27.16.** Comunicar oficialmente à CONTRATADAS quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;



27.17. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e nas atribuições, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários;

27.18. Disponibilizar as normas do Tribunal referentes à sustentabilidade, dando suporte à sua divulgação e verificando sua aplicação por meio de indicadores qualitativos e/ou quantitativos;

27.19. Entregar à CONTRATADA o Código de Conduta Ética dos Servidores do TCU, previamente ao início da execução do objeto, para a observância de seus regramentos pelos empregados da CONTRATADA, alocados para a prestação de serviços no Tribunal;

27.20. Entregar à CONTRATADA, previamente ao início da execução do objeto, a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e a Todas as Formas de Violência e Discriminação no âmbito do TCU para conhecimento de seus regramentos pelos empregados da CONTRATADA, alocados para a prestação de serviços no Tribunal.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO

28. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, pelo fiscal do contrato, mediante Termo de Recebimento Provisório - TRP e definitivamente, pelo titular da unidade fiscalizadora, com auxílio da unidade central de apoio à gestão contratual, no que couber, mediante elaboração do Termo de Recebimento Definitivo - TRD.

29. O recebimento provisório ou definitivo dos serviços ou bens não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato por força das disposições legais em vigor.

30. Restará configurado o recebimento provisório dos serviços contínuos pela verificação do cumprimento, pela CONTRATADA, das rotinas, condições e exigências de caráter técnico, inclusive as alusivas a níveis de desempenho e à qualidade da prestação dos serviços, bem como pela verificação da correta alocação dos recursos estabelecidos no contrato para o período.

31. O TRP será emitido, mensalmente, e encaminhado à CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do fim do período de adimplemento dos serviços, para ciência.

32. O TRP servirá de base para o faturamento e emissão da nota fiscal pela CONTRATADA.

33. Eventuais divergências quanto ao valor do pagamento devido, desde que devidamente discutidas e dirimidas pela FISCALIZAÇÃO, poderão justificar emissão de novo TRP.

34. O recebimento definitivo restará configurado pela verificação do integral cumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações, condições e encargos previstos no contrato, inclusive os encargos acessórios atinentes ao período de prestação de serviços.

34.1. O recebimento definitivo pressupõe, em qualquer caso, o regular recebimento provisório.

35. A informação relativa ao adimplemento das obrigações fiscais pela CONTRATADA, que deverá constar no TRD para qualquer espécie de serviço, consistirá em certidão que demonstre a regularidade perante a Fazenda Federal (Tributos Federais e INSS), FGTS e CND Trabalhista.



- 35.1.** Eventual constatação de irregularidade fiscal cometida pela CONTRATADA durante a execução do contrato não autorizará a retenção de pagamentos, integral ou parcial, pelos serviços regularmente prestados.
- 36.** O TRD deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento da nota fiscal correspondente aos serviços adimplidos.
- 37.** O TRD concretizará o ateste do cumprimento da prestação mensal dos serviços, prestando-se à liquidação da respectiva despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 38.** Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por fiscais da CONTRATANTE, devidamente designados para esse fim, permitida a assistência de terceiros.
- 39.** A atestação de conformidade do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização deste contrato ou a outro servidor designado para esse fim.
- 40.** Critérios e procedimentos relativos à fiscalização dos serviços.
- 40.1.** Os representantes da Fiscalização e toda pessoa autorizada pela mesma terão livre acesso, a qualquer tempo, aos locais de prestação dos serviços nas dependências do TCU e do ISC, bem como aos veículos, equipamentos, às eventuais instalações de triagem ou transbordo e aos locais de tratamento e destinação final dos resíduos utilizados pela CONTRATADA, a fim de verificar a correta execução do objeto e a conformidade com as licenças ambientais.
- 40.2.** A CONTRATADA interromperá total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que:
- 40.2.1.** Assim estiver previsto e determinado no Contrato;
- 40.2.2.** For necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos de Contrato e de acordo com as especificações técnicas;
- 40.2.3.** Houver influências atmosféricas sobre a qualidade ou a segurança dos trabalhos;
- 40.2.4.** Houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo da Fiscalização, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes; e A Fiscalização assim o determinar ou autorizar formalmente.
- 40.3.** A Fiscalização não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fornecedores, técnicos, subempreiteiros, subcontratadas, entre outros.
- 40.4.** O meio de comunicação oficial a ser utilizado entre a Fiscalização e a CONTRATADA será o e-mail. Assim, todos os empregados da CONTRATADA que precisem se comunicar diretamente com a equipe de Fiscalização deverão ter acesso a essa ferramenta.



40.5. Os comunicados que precisem de formalização serão enviados por e-mail e serão chamados Comunicados da Fiscalização. Esses comunicados serão numerados sequencialmente, de forma a se obter um histórico de comunicados enviados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

41. Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deverá entregar à FISCALIZAÇÃO a documentação a seguir relacionada, que, no que couber, poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por extrato válido e atualizado do SicaF.

41.1. Mensalmente, acompanhando a nota fiscal/fatura referente ao serviço prestado, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas de originais, dos seguintes documentos:

41.1.1. Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;

41.1.2. Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;

41.1.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

41.1.4. Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;

41.1.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Documentação Adicional:

41.2. No prazo de 15 (quinze) dias, caso solicitado pelo fiscal do contrato:

41.2.1. Declaração que mantém as condições de habilitação exigidas na licitação, bem como que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, conforme dispõe o art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;

41.2.2. Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.

42. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, exigir-se-á, da CONTRATADA, dentre outras, as seguintes comprovações:

42.1. Recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;

42.2. Recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;

42.3. Comprovante de distribuição de sobras e produção;

42.4. Comprovante da aplicação do Fundo Assistência Técnica Educacional e Social (Fates);

42.5. Comprovante da aplicação em Fundo de reserva;



- 42.6.** Comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias; e
- 42.7.** Eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.
- 43.** As inconsistências ou dúvidas verificadas na documentação entregue terão o prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da diligência pela CONTRATADA, para serem formal e documentalmente esclarecidas.
- 44.** Recebida a documentação, o fiscal do contrato deverá apor a data de entrega no TCU e assiná-la.
- 45.** O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, sociais, trabalhistas e previdenciárias implicará rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

- 46.** Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei n. 14.133/2021, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE

- 47.** Com fundamento no § 2º do art. 34 da Portaria-TCU n. 122/2023, os preços deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base de realização do orçamento estimado da licitação que deu origem à presente contratação (25/11/25) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do índice definido na cláusula primeira deste contrato, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula de cálculo:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado, ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

- 48.** Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.
- 48.1.** Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.
- 48.2.** Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.
- 49.** A solicitação de reajuste será respondida pela CONTRATANTE no prazo de 30 dias úteis, contados do protocolo do pedido junto ao setor responsável pela análise.



50. Em se tratando de contrato por escopo, o saldo contratual sobre o qual incidirá o reajuste será informado pela fiscalização do contrato.

50.1. Na apuração do saldo contratual para incidência do reajuste serão deduzidos – além dos serviços medidos e pagos até o momento de aquisição do direito ao reajuste – os serviços previstos em cronograma físico-financeiro mas não executados por culpa exclusiva da CONTRATADA.

51. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, observadas as demais condições desta cláusula.

52. A atualização dos valores para fins de reajuste deverá permanecer dentro dos limites de despesa pública para o exercício, conforme disposto na Lei Complementar n. 200, de 30/08/2023.

53. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

54. A extinção deste contrato se dará nos termos dos artigos 106, inciso III, ou 137 da Lei n. 14.133/2021.

54.1. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

55. O contrato poderá ser extinto unilateralmente pela Administração, nos casos de retardamento na execução do contrato, inexecução parcial ou inexecução total do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções nele previstas e em legislação específica.

56. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

57. O presente contrato sujeita as partes às disposições da Lei n. 14.133/2021; e vincula-se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico citado na Cláusula Primeira, bem como à proposta da CONTRATADA.

58. Os casos omissos serão decididos pelo Secretário-Geral de Administração, conforme os preceitos de direito público, considerando, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

59. À CONTRATANTE reserva-se o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações do contrato, mediante emissão do TRD.



- 60.** O pagamento será realizado mensalmente, com base nos serviços efetivamente prestados, medidos e aprovados pela fiscalização.
- 61.** A medição dos serviços obedecerá aos seguintes critérios:
- 61.1.** Gerenciamento de Resíduos: A medição corresponderá à quantidade de toneladas efetivamente recolhidas, apurada por meio de pesagens oficiais e comprovada pelos respectivos Manifestos de Transporte de Resíduos (MTR).
- 62.** O valor final da medição mensal será ajustado conforme o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), detalhado no Anexo II – Especificações Técnicas.
- 62.1.** A CONTRATADA deverá entregar a medição à Fiscalização até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço.
- 62.2.** A Fiscalização terá até 5 (cinco) dias úteis para aprovar a medição, mediante elaboração de Termo de Recebimento Provisório (TRP), que já considerará a incidência do Instrumento de Medição de Resultados (IMR).
- 62.3.** Após recebimento do Termo de Recebimento Provisório (TRP), A CONTRATADA deve apresentar nota fiscal/fatura do fornecimento ao setor responsável pela fiscalização do contrato, com a finalidade de subsidiar a liquidação e o pagamento.
- 62.4.** A CONTRATANTE, no prazo de 5 dias úteis a partir do recebimento da nota fiscal/fatura procederá a elaboração de Termo de Recebimento Definitivo (TRD).
- 63.** O pagamento, mediante ordem bancária (crédito em conta bancária da CONTRATADA), deverá ser feito em até 10 dias úteis, contados da emissão do TRD.
- 64.** Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos ou das prorrogações contratuais.
- 65.** A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato.
- 66.** A CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.
- 67.** No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
- 68.** O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$
- Onde:
- EM = Encargos moratórios devidos;
- N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS RETENÇÕES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES NA FONTE

69. Em se tratando da execução de serviços, os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

69.1. Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, conforme determina o art. 64 da Lei n. 9.430/1996 e alterações;

69.2. Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, correspondente a 11% (onze por cento), conforme determina a Lei n. 8.212/1991 e alterações;

69.3. Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar n. 116/2003, c/c a legislação Distrital ou municipal em vigor.

70. A CONTRATADA, caso optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal correspondente aos serviços prestados, declaração relativa à sua opção por tal regime tributário.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES

71. Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei n. 14.133/2021 e na Portaria-TCU n. 127/2023, a CONTRATADA:

71.1. Será sancionada com **advertência**, se der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

71.2. Ficará **impedida de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelos prazos abaixo indicados, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

71.2.1. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo – de 3 (três) meses a 2 (dois) anos;

71.2.2. Der causa à inexecução total do contrato – de 6 (seis) meses a 3 (três) anos;

71.2.3. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado – de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

71.3. Será **declarada inidônea** para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelos prazos abaixo indicados, quando praticar as seguintes infrações:

71.3.1. Aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, nos casos em que implicarem danos financeiros significativos para o TCU, impactos severos na eficiência do contrato ou nas rotinas administrativas.

71.3-1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo – de 3 (três) a 5 (cinco) anos;

71.3-1.2. Der causa à inexecução total do contrato – de 4 (quatro) a 6 (seis) anos;

71.3-1.3. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado – de 3 (três) a 5 (cinco) anos.

71.3.2. Apresentar ou prestar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato – de 3 (três) a 4 (quatro) anos;

71.3.3. Praticar ato fraudulento na execução do contrato – de 4 (quatro) a 6 (seis) anos;

71.3.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza – de 3 (três) a 4 (quatro) anos;

71.3.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013 – de 4 (quatro) a 6 (seis) anos.

72. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, por qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

73. A multa compensatória será aplicada para o caso de inexecução parcial ou total do contrato nos seguintes percentuais e condições:

73.1. Até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do contrato;

73.2. Até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, no caso de inexecução total do contrato.

74. A inexecução parcial do contrato restará configurada, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA alcançar, cumulativamente, o total de 20 (vinte) pontos na Tabela 2 constante desta cláusula.

74.1. A inexecução parcial poderá ensejar rescisão unilateral do contrato.

75. A inexecução total do contrato restará configurada, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA deixar de iniciar os serviços, objeto da contratação, após transcorrido o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura do contrato.

76. O retardamento injustificado na execução do objeto estará configurado, assegurado o contraditório e a ampla defesa, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA:

76.1. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato;

76.2. Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias úteis seguidos ou por 10 (dez) dias úteis intercalados.

77. A multa de mora será aplicada no caso de falha e retardamento na execução ou na entrega do objeto sem motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE, quando a CONTRATADA, entre outras hipóteses, se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 2 abaixo, respeitada a pontuação das infrações, conforme Tabela 1, constantes desta cláusula.

78. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a pontuação das infrações estabelecida nas Tabelas 1 e 2:

Tabela 1 – Referências para adoção da dosimetria da penalidade

PONTOS DA INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA (C) % do valor anual do contrato
1	$0,5\% \leq C < 0,6\%$
2	$0,6\% \leq C < 0,8\%$
3	$0,8\% \leq C < 2,0\%$
4	$2,0\% \leq C < 3,0\%$
5	$3,0\% \leq C < 4,0\%$
6	$C \geq 4,0\%$

Tabela 2 – Classificação das infrações por gravidade

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar serviço incompleto, de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
2	Fornecer informação falsa sobre a coleta, pesagem, transporte ou destinação final dos resíduos (ex: MTRs falsos, comprovantes de destinação inadequados)	2	Por ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	1	Por dia
4	Causar dano ao patrimônio da CONTRATANTE (ex: contêineres, pisos, instalações) ou ao meio ambiente	3	Por ocorrência



	(ex: derramamento de chorume) por culpa ou dolo de seus agentes durante a coleta ou transporte.		
5	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
6	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
7	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
8	Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	1	Por item e por ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
9	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por dia de ocorrência e por ocorrência
10	Cumprir horário estabelecido pelo contrato determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por dia de ocorrência
11	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados.	1	Por ocorrência
12	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
13	Deixar de manter o cadastro e a licença de operação ativos junto aos órgãos competentes do Distrito Federal durante a vigência do contrato.	1	Por ocorrência e por dia
14	Entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida neste contrato.	1	Por ocorrência e por dia
15	Deixar de apresentar, juntamente com a nota fiscal, a documentação comprobatória da medição (comprovantes de pesagem) ou da destinação final (ex: MTRs, Certificados de Destinação)	4	Por ocorrência

16	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia
17	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência
18	Cumprir pontos da política de sustentabilidade do TCU (principalmente separação de resíduos, reciclagem e economia de água/energia).	3	Por ocorrência apontada
19	Atender normas sobre saúde, higiene e segurança do trabalho.	6	Por ocorrência apontada

79. A aplicação de multa de mora não impedirá que a CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no contrato.

80. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

80.1. Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da comunicação oficial.

80.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

81. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida de análise jurídica e observará as regras constantes do § 6º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

81.1. Reputar-se-ão inidôneos, entre outras hipóteses, atos tais como os descritos nos artigos 337-L e 337-M, § 2º, do Código Penal (Decreto-Lei n. 2.848/1940).

82. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos arts. 157 a 161 da Lei n. 14.133/2021 e na Portaria-TCU n. 127/2023, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

83. A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

84. É admitida a reabilitação da CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, desde que cumpridas, cumulativamente, as exigências dispostas nos incisos I a V e parágrafo único do art. 163 da Lei n. 14.133/2021.



CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

85. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade definida na cláusula primeira deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 1 (uma) via, eletronicamente, a qual, depois de lida, também é assinada eletronicamente, pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Datado e assinado eletronicamente.

[SEDE/REGIONAL TCU]

[REPRESENTANTE TCU]

[CARGO]

[FORNECEDOR]

[REPRESENTANTE FORNECEDOR]

[REPRESENTANTE LEGAL]